

História e Literatura

João Alfredo Montenegro

A abertura teórica da História a tem aproximado de muito da Literatura, ajudando-a a distender os seus horizontes, o seu campo de percepção, dentro do que se habituou a chamar de prática interdisciplinar. Ou em razão de questões postas pela narrativa histórica, agora a brucos com um tipo de linguagem mais complexo, com uma hermenêutica cada vez mais exigente, demandando análise detida do complexo enunciativo, do qual não há como fugir as elaborações romanescas, para a obtenção de moldura de uma época, de um período, de uma conjuntura, de fatos que se fecham na opacidade descritiva do factualismo que se demite da prospecção rica da causalidade histórica por permanecer ancorado na descrição inconsistente, acrítica.

Acentuou-se a convicção de que o horizonte histórico é correlativo do horizonte da linguagem. Quanto mais este é dissecado mais o é aquele. Porquanto mais do que complementaridade há funda imbricação de ambos. O que seria tema para muitas monografias.

Aliás, está-se em tempo rico em cuidados com a linguagem, a partir de uma orientação de pensamento que a faz matriz e leito de explorações epistemológicas sem conta, engrossando correntes que alcançam desde a Ética, passando por todas as ciências humanas, até especialidades distintas de medicina, como a Psicanálise/Psiquiatria, demonstrando que a linguagem provavelmente seja a dimensão mais explícita e reveladora do homem, indo até as raízes do seu Ser. Do que dá cabal amostra Heidegger ao posicioná-la em termos de uma ontologia inseparável da historicidade.

Então, na Literatura a linguagem ocupa um lugar privilegiado, prestando-se a todo tipo de experiência, várias delas aumentando o seu poder de alcance. Especialmente ao se alongarem

em estruturas eivadas de substância ontológica, em jogos que reforçam o seu poder de conhecimento, de comunicação e de convencimento.

Tome-se por amostra a obra de Clarice Lispector, intitulada *A Hora da Estrela*. Aí floresce uma vigorosa combinação lingüística, ensejando uma criatividade inusitada em que o artesanato da palavra faz irromper no entrecho cenas de vida marginal, de opressão social, impregnadas de uma historicidade capturada ao nível de uma ontologia que desloca a incidência do tempo cronológico, do próprio tempo psicológico, ao emergir o tempo do ser, o presente.

Assoma-se, por conseguinte, uma espécie de narrativa marginal, específica da história ontológica, em que a metáfora redentora transluz numa antropologia que vai até o imo de problemática humana, secundarizando enredos de superfície, exterminando o factualismo, a narrativa corrida que oculta as fontes imperecíveis do agir histórico.

Pode-se dizer que a narrativa ficcional, assim posta, instaura uma clareira do ser em meio à uma linguagem transfigurada que resgata valores e significados primordiais, guiando a prática dos heróis, das personagens, descortinando as razões de procedimentos pouco comuns, os fatores originários de trajetórias de vida, recobertos por um existencialismo que se expõe ao exame de investigadores atentos sobretudo aos mitos e aos mistérios do ser, quebrando, portanto, o império absoluto dos conceitos e categorias ortodoxas de pensamento.

E, desse modo, é facilitada a melhor compreensão de integração entre as culturas, no caso do título em apreciação a nordestinidade e a Antropologia. O que está em consonância com a concepção de história de Heidegger.

Tem-se, desse modo, uma Antropologia ou uma orientação filosófica extraída do Campo da Literatura que retrata os valores, as ideologias, o *mudos vivendi* de uma sociedade no passado, não em termos abstratos ou genéricos, como através dos procedimentos lógico-metodológicos tradicionais, próprios da Filosofia ortodoxa ou da positividade científica, mas em função do devassamento ficcional que surpreende a grandeza estética e humana

de gestos e atitudes pessoais na moldura de família, do trabalho, da comunidade, de tudo que a integra, no interior de temporalidades que têm o seu ritmo peculiar. Eis que a narrativa ficcional constitui o espaço-tempo mais representativo da correlação dinâmica, dialética, entre os homens, tomados destacadamente, e a sociedade global, através de um jogo lingüístico extremamente plástico, que distila imagens profusas e elásticas, dando conta com eficácia dos papéis sociais, na medida em que são com maestria individualizados, quando os heróis ou atores não se mostram limitados no seu estado, ou no seu desempenho pela rigidez formal ou especializada do documento oficial ou privado, e que está na base da descrição do historiador, mesmo o não factualista.

Tome-se, por exemplo, o romance *A Menina Morta*, desse por todos os títulos notável escritor Cornélio Penna.

Trata-se de uma narrativa extraordinariamente fecunda, ao redor de eventos e situações que articulam, no seio de uma fazenda do Segundo Império, lances impressionantes de grandeza humana e manifestações de perversidade, de restrições, oriundas do aristocracismo escravocrata.

A figura central da estória é uma menina cujo falecimento abala por demais a sua família. Constituída pelo chefe, um rico Comendador, pela Senhora, por dependentes e escravos.

Todos, no bojo daquele enclave comunitário, nutriam pela pequena uma verdadeira adoração, dadas as excepcionais qualidades que a exornavam, especialmente o afeto, que quebrava e demolia as fronteiras étnico-sociais entre os que ali conviviam, considerando a todos indistintamente.

E, assim, surge um ponto de referência para os submissos, aos quais tratava com acendrado amor, transformando-se num mito, em algo sagrado, a quem estão a apelar por esta ou aquela circunstância da vida.

Escreve Augusto Frederico Schmidt em *Nota Preliminar* ao romance editado juntamente com outros de Cornélio Penna, pela Editora José Aguilar:

“A ‘menina morta’ viera ao mundo para ligar essas duas humanidades distantes embora dependentes

uma da outra, a dos senhores, nas suas casas, com o seu conforto, com os seus caprichos e loucuras, e a da senzala, do eito, dos trabalhos e sofrimentos sem recompensa. Entre esses dois mundos que não se contemplavam sequer, um mandando e dispondo de almas como se fossem objetos inanimados e o outro mudado por uma sujeição humilhante, na sua noite resignada, surgiu a 'menina', imagem de graça sensível e intercessora, nota de poesia, ser que dedicou sua breve existência a umedecer as almas secas, as almas desérticas dos senhores prisioneiros de sua própria incompreensão, do terrível pecado de uma crueldade tanto mais monstruosa quanto inconsciente."

São episódios dessa natureza que proporcionam o aprofundamento de características vitais da sociedade escravocrata e da organização familiar nela inserida, e dificilmente encontrados na documentação arquivística. O que atesta o vigor e a presença da elaboração romanesca, trazendo à tona da história luzes sobre as relações sociais, sobre a ordem do poder, sobre a família interiorana do século XIX, sobre a economia dentro da qual se inscreviam, e tudo culminando na esfera religiosa a abdicar de sua missão profética. Tal o traço cultural dominante da dependência.

É uma espécie de micro-história, reconstituída pela força da linguagem transfigurada, refazendo valores, práticas sociais esquecidas, o *tonus* afetivo que grassava no período, insinuando-se e prevalecendo no âmago daqueles valores, deixando por baixo as racionalidades que, em vão, tentavam, sob o bafejo de religião e da pouca cultura letrada, imprimir uma direção superior à sociedade.

Esta se ressentia de mui precária integração. A concentração do trabalho produtivo nas grandes fazendas, na extensa propriedade rural, foco e base da economia agro-exportadora, sustentada pelo trabalho escravo, contribuía para o grande isolamento das comunidades humanas, com a prevalência da unidade familiar, a bafejar o velho paternalismo que, ainda hoje, exhibe os seus resquícios no *binterland* brasileiro, conforme o ensinamento unânime dos historiadores e sociólogos.

Aí está um terreno propício à composição da micro-história a projetar o seu formato e atributos na macro-história, como o atesta a formação estrutural e conjuntural do país. O que é a demonstração explícita do imperativo de se demorar no cotidiano dos período transatos para o adensamento do conhecimento histórico.

Pois micro-história é canal por onde corre o cotidiano, de onde se extrai com mais largueza a dimensão autêntica e real da História.

Ao transfigurá-lo a linguagem literária o recompõe de forma unívoca e completa, porque tem a propriedade de refazê-lo na clareza de seus símbolos, de suas manifestações socioculturais, a partir do comportamento, das ações de protagonistas maiores e menores, produzindo uma *representação*, que ultrapassa o vigor da lógica comum e da científica, ao se esteiar em metáforas de elevada potencialidade humana que adentram o espaço do Ser, fazendo integrar esse espaço no território da História. De modo a não só elastecê-lo, como também humanizá-lo, com implicações extensas na vida de um povo.

Cuide-se de se afirmar que grande parte da história do Segundo Império, para não aludir a outros períodos, perdeu-se por falta de levantamentos mais aprofundados das relações sociais, do unidimensionalismo axiológico, dos dramas familiares, do culturalismo religioso, de instâncias hierárquicas nessas comunidades formadas pelas propriedades rurais, afora a vida marginalizada, que vegetava além de suas cercas.

Tudo, em grande parte, ocasionado pelo Positivismo histórico, afeito e refeito a vãos narrativos de pouca altura, ao elitismo de uma documentação escrita que a tudo sobrelevava, deixando de lado os grandes testemunhos, os testemunhos vivos do cotidiano polimorfo e atravessado por diferentes graus de atonia. Atonia que jamais foi devassada competentemente pelo historiador factualista, não afeiçoado aos pequenos dramas, às minudências que entretecem o cotidiano.

Daí porque seria um sociólogo, o mestre Gilberto Freyre que, notadamente em *Casa-Grande & Senzala*, encetaria, estribado em orientação teórico-metodológica mais rica, em tudo oposta àquele factualismo, esmerando-se ao nível interpretativo, a exploração sociocultural do cotidiano da sociedade patriarcalista entre nós.

Praticou, na verdade, um grande feito nesta direção. Ficaria muito distante, entretanto, dos mecanismos mais personalizados e sutis que captam a vivência do cotidiano, ao fazer prevalecer sobre este as características gerais da colonização portuguesa do Brasil, adensando-as com as presenças dos indígenas e dos negros na formação da família brasileira.

Nessas condições, a generalização científica obscurecia a retomada singularizada do mesmo cotidiano. O que não impede a tese de que as obras sociológicas do mestre pernambucano representam complemento imprescindível ao devassamento dilatado do cotidiano, quer através da narrativa ficcional, quer mediante a aplicação de novos rumos epistemológicos, adestrando e historiografia para o seu controle mais eficiente.

Isto posto, a literatura vem em socorro da história, especialmente a história social, tão maltratada e marginalizada pelo factuálio positivista, ocupando dela espaços vazios ou limitadamente visualizados.

Evidenciou-se de todo que a literatura dispõe de um poder de percepção mais globalizante e profundo que a historiografia corrente ou as suas ciências correlatas.

Di-lo com fina sensibilidade Tzvetan Todorov:

“A literatura não é como a ciência. São outros os seus meios para levar ao conhecimento. O escritor pode projetar-se na alma das pessoas, históricas ou fictícias, e fazer-nos revelações que, ainda que não sejam provadas, podem algumas vezes ser mais esclarecedoras do que o vasto acúmulo de fatos gerados pelo historiador, psicólogo ou sociólogo. Pelos atalhos da intuição, o escritor pode sair-se bem onde o cientista fala,” (A Face escura do engajamento, *in*: Folha de São Paulo, 09-02-97)

Com efeito, a reconstituição ficcional do passado, impelida pelo aparato mimético, pela criatividade que acompanha o *modus vivendi* de enclaves comunitários, desatando as *démarches* naturais das inter-relações pessoais e de classe sob o prisma de proce-

dimentos operacionais, de valores subjacentes ou sob o influxo de dramas compulsivos que dão o *tonus* afetivo e existencial dos poderosos e dos subjugados, é dotada privilegiadamente de recursos, os quais indisponíveis aos pesquisadores que, pela própria missão, fecham os olhos à riqueza de vida, estuante nas intenções, nos gestos e comportamentos personalizados, promovendo uma integração mais harmoniosa e aprofundada do humano. O que, por sua vez, demanda uma acumulação de leituras, de muita utilidade e eficácia para o enriquecimento da realidade.

Eis que a complexidade da hermenêutica histórica é sensivelmente aperfeiçoada pela hermenêutica dos textos literários.

No que se faz mais uma vez importante a familiaridade do jogo lingüístico pelo historiador, a operar a conjunção rica e funcional entre a história, o Ser e a linguagem.

É preciso que se anote mais claramente o encontro dialético entre a literatura e a história.

Ambas se completam e integram.

E é bom que não se ergua uma parede entre ambas, evitando momentos ou situações de complementaridade.

E a partir de um conceito flúidico de verdade, em que esta emerge de imediato como um espelho a refletir a realidade, na melhor postura positivista.

Importante que a verdade seja reconstituída pausada e processualmente na dinâmica de uma interpretação que pressupõe o envolvimento com o jogo da linguagem, com um imaginário mais penetrante numa distensão jamais inacabada do real, e favorecida pelo advento de novos critérios e campos de interpretação.

Tal se ajusta à perfeição ao testemunho de Philippe Levillain, de acordo com o qual “a História também pode ser matéria para um jogo entre o real e o imaginário, no qual o problema da verdade é inocentado pelo imaginário, e este é representado graças à História”, (Os protagonistas; da biografia *in*: René Rémond, organizador, *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 154).

Vale dizer: Imperativa a reafirmação efetiva do papel da imaginação, exposto no texto de Kant sobre o esquematismo transcendental, garantindo a validade de uma lógica na narrativa

literária. “em que a linguagem retoma o seu poder originário de *nominare* versus o de *representar* das filosofias tradicionais”. (Maria Helena Varela, A Terceira margem do *logos* no Pensamento de Guimarães Rosa, In A Filosofia Hoje, Anais do V Congresso Brasileiro de Filosofia de 03 a 08 de setembro de 1995, vol. 1, Edição do Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo, 1998, p. 154).

Um *nominare* que significa o reencontro com a essência, com o Ser das coisas e dos homens, no ininterrupto correr do tempo e das temporalidades, em busca do seu desvendamento, um desvendamento também provisório porquanto momento de um processo ininterrupto. O que faz da história o eixo epistemológico das ciências humanas, da própria literatura, mediante o qual os grandes romancistas e poetas situam com precisão o protagonismo de suas personagens, e encetam a tessitura mimética de tramas conjunturais, que não deixam de ser o complemento simbólico que faltava à História para obter a inteireza de compreensão.

Nessa dimensão se encontra, por exemplo, o nosso insuperável Machado de Assis, o qual, segundo a interpretação de Roberto Schwarz, retomada por Sidney Chalhoub, “em *Memórias póstumas* e *Quincas Borba* reescreveu (pois já escrevera em *Helena* e *Iaiá Garcia*) uma história da sociedade brasileira do ‘Antigo Regime’ e de sua crise, onde Brás seria ‘o Brasil que vivera até 1869, e então agonizara, morrera e fora entregue aos vermes em 1870 e 1871’”. (Jefferson Cano, Machado de Assis, Historiador, in: *A História Contada*, capítulos de História Social da Literatura no Brasil, organização de Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de M. Pereira, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998, p. 37-8).

Afora os focalizados, outros literatos brasileiros poderiam ser trazidos a lume reconstituindo grandes momentos e percursos de nossa história, entre os quais José de Alencar e Jorge Amado. O primeiro se esmerando na análise da sociedade urbana do Segundo Império, e o segundo, indo além da inserção elitista, resgatando a vivência dos tipos populares e dos segmentos sociais discriminados, num esforço extraordinário de recolhimento de uma linguagem entretecida nos recônditos da cultura multifacetada, pujante, rica, da Bahia, rasgando novos caminhos para a pesquisa histórica e antropológica.

Em Jorge Amado passado e presente se encontram numa contemporaneidade que se abre para um leque de propostas de redistribuição dos papéis sociais na vida brasileira, desbastando os excessos de um elitismo altamente concentrador e responsável em grande parte pela gritante exclusão de 40% dos nossos compatriotas dos benefícios econômicos e sociais.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, e para concluir, arma-se a convicção de que ao historiador de hoje são cometidas novas responsabilidades sociais e culturais com a perda de vigor das velhas racionalidades, cujo alto teor de abstração jogava para um terreno de reduzida cientificidade e abrangência a ciência de Heródoto, dela pouco se podendo cobrar e exigir.

O historiador é convocado a desvendar “os grandes dramas do século” a problemática de crise que atormenta o mundo, o país, “aliando, na lição de François Bédaride, função crítica e função cívica - às quais a demanda social para mostrar-se generosa acrescenta muitas vezes uma função ética” (As Responsabilidades do Historiador *Expert*, in: Passados Recompuestos, Jean Boutior e Dominique Julia organizadores, Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, págs. 445).